



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

Apresentação: 22/08/2023 20:25:56.757 - Mesa

RIC n.2172/2023

REQUERIMENTO Nº /2023 (Da Sra. Daniela Reinehr)

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, informações sobre a suspensão de novas autorizações para caça para controle na modalidade de caça ativa do Javali como modalidade de controle sanitário.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição da República, e do art. 115, RICD, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, informações sobre a suspensão de novas autorizações para caça para controle na modalidade de caça ativa do Javali como modalidade de controle sanitário.



JUSTIFICAÇÃO

Na última sexta-feira, 18 de agosto, o IBAMA anunciou a suspensão de novas autorizações para controle nas modalidades de caça ativa como modalidade de controle sanitário, ceva ou espera por meio do SIMAF, o que causou grande preocupação ao setor agropecuário de nosso país.

O anúncio foi feito por meio de uma nota publicada no Sistema de Informação de Manejo de Fauna, nos seguintes termos *“Considerando a edição do Decreto 11.615, de 21 de julho de 2023, que determina que a caça excepcional para controle de fauna invasoras somente será autorizada pelo Comando do Exército, suspendemos preventivamente as autorizações de manejo em vida livre nas modalidades de caça ativa, ceva ou espera emitidas pelo Simaf, até que se proceda as adequações necessárias”*.

Além de absurda, é imperioso destacar que a medida viola princípios básicos da Administração Pública, causando grande insegurança jurídica para os caçadores e para o agronegócio. Isso pois a publicação foi feita apenas pelo site, não houve publicação no diário oficial, e sem maiores detalhes dando abertura a inúmeros questionamentos sobre o ato.

Dessa forma, por agora ser de competência do Comando do Exército a concessão das autorizações de caça para o manejo da fauna, questionamos como ficarão as autorizações já concedidas para o controle de javalis com utilização de arma de fogo. Elas serão mantidas ou será necessário o pedido de uma nova autorização? Como se darão esses novos pedidos de autorização? Qual será o procedimento? Já existe uma previsão de quando se iniciarão esses trâmites?



A medida causa impacto inclusive na emissão dos relatórios de manejo que são uma exigência do próprio IBAMA, visto que com a mudança abrupta não é mais possível selecionar o método de manejo com arma de fogo, mesmo com autorizações já concedidas e relatórios a serem feitos com base nessa concessão, sob pena de multa pela não realização. O que nos mostra o despreparo na adoção da medida e a falta de articulação e planejamento da medida, que dentre outros problemas, traz grandes riscos sanitários a diversos estados, como é o caso de Santa Catarina.

A decisão de suspender a caça como modalidade de controle de javalis têm impactos diretos na agropecuária brasileira, principalmente em um estado extremamente produtivo como Santa Catarina, considerando que com o descontrole da população de javalis temos uma maior destruição de lavouras bem no momento de início de plantio da uma nova safra, o que não poderia ser em um momento mais inoportuno e pode gerar prejuízos incalculáveis.

Ademais, há ainda o risco de ocorrência de um surto sanitário de doenças como a peste suína africana que vêm através desses animais. Ressaltamos que, em caso de uma doença suína, milhares de empregos serão extintos, vários produtores terão seus negócios comprometidos com impactos diretos na economia agropecuária do Brasil. Para além da peste suína, o javali pode transmitir a febre aftosa, o que seria um fiasco para o nosso controle sanitário, que hoje é referência, e assolaria a produção de estados inteiros.

Por fim, a presença de javalis pode afetar negativamente outras espécies nativas, competindo por recursos e causando impactos nas cadeias alimentares locais, comprometendo a fauna e a flora nativas do Brasil, indo de encontro com os principais princípios, funções e objetivos do próprio IBAMA.

Precisamos parar de perseguir os poucos caçadores legalizados e treinados a controlar javalis que existem e que nos prestam esse serviço



gratuitamente. Enquanto discutimos se é certo ou não caçar, e quais os inúmeros documentos que os controladores devem ter para fazer o abate, os javalis prosperam. O risco de uma crise econômico-ambiental de larga proporção é iminente.

Dessa forma, diante de todos os pontos acima apresentados, solicitamos , com urgência, esclarecimentos sobre como e quais serão as medidas adotadas pelo Comando do Exército para solucionar e reverter essa medida descabida, tomada de forma abrupta e sem o menor planejamento de impacto e riscos, de forma unilateral pelo IBAMA.

Sala das Comissões, em de de 2023.

DEPUTADA DANIELA REINEHR
PL/SC

